

O Ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX

Carlos Francisco Moura

O ensino no século XVIII padecia em Mato Grosso de óbices ainda maiores do que nas demais capitanias, devido a condições locais mais desfavoráveis, fáceis de se imaginar em região tão remota.*

Paradoxalmente, entretanto, ali se tentaram projetos ambiciosos, e, se uns, superdimensionados em relação às possibilidades do meio na época, não puderam ser levados avante, outros tiveram realização prática e precederam de quase dois séculos as fundações correspondentes em outras regiões brasileiras.

A solução dos problemas de ensino das matérias de necessidade mais imediata na Capitania no século XVIII e início do XIX foi preocupação dos governos locais e da metrópole: a instrução pública, a engenharia, a medicina, a formação de contadores e geógrafos, a preparação de alunos para a universidade e a formação de militares.

* Este trabalho, com o mesmo título, *O Ensino em Mato Grosso no Século XVIII e Início do XIX*, saiu publicado pela primeira vez na revista *Convergência*, do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Ano II, nº 3, julho/dezembro de 1977, p. 145/157. A presente edição sai com o texto da primeira, apenas com os acréscimos do tópico *A Aula de Cirurgia de Cuiabá* e de alguns parágrafos referentes a *Estudos Militares e Ensino Público*. A pesquisa *Mato-grossenses na Universidade de Coimbra* foi posteriormente publicada na revista da Universidade de Coimbra com o título *Mato-grossenses na Universidade de Coimbra nos Séculos XVIII e XIX* (vol. XXXVII, ano 1992, p. 71/5).

1. SOUSA, Maria Cecília Guerreiro de – *Inventário de Documentos Históricos Sobre o Centro-Oeste*, vol. III, p. 47.

Instrução Pública

Em 1749, o juiz ordinário de Cuiabá Cristóvão de Magalhães e Moraes dirigiu representação a Sua Majestade, “expondo as necessidades dos vassallos dos sertões de Mato Grosso e recomenda[ndo] a necessidade de hospitais e de ensino da fé católica e da língua portuguesa ao gentio, e mais benefícios”.¹

Mas pouco contou Mato Grosso com a contribuição dos jesuítas. Os dois únicos que chegaram em 1751 com o primeiro Governador Rolim de Moura e se dedicaram à catequese foram expulsos da Capitania em virtude da Carta Régia de 22/8/1758.²

Para suprir as despesas decorrentes das reformas de ensino introduzidas por Pombal, foi criado, por alvará de 10/11/1772, o *Subsídio Literário*.

Era um imposto único que substituía várias outras formas de contribuição destinadas à instrução pública. Consistia, “na América e na África, de hum real em cada arratel de carne que se cortar nos açougues; e nellas, e na Ásia, de dez reis em cada canada de Água-ardente das que se fazem nas Terras, debaixo de qualquer nome que se lhe dê, ou venha a dar”.

A respeito do Subsídio Literário e sua aplicação em Mato Grosso, informa Luís d’Alincourt, no capítulo sobre Rendas Públicas, da obra *Resultado dos Trabalhos e Indagações Statisticas* (Cuiabá, 1828):

“Foi instituído pela lei de 10 de novembro de 1772, e estabelecido nesta província no ano de 1775 para manutenção dos Mestres de escola. Ficou sendo extensiva a sua applicação nella pelas Cartas de 17 de outubro de 1773, e de 19 de agosto de 1779. A sua quota he a de cem réis de prata por cada canada de agoardente, e de real por cada libra de carne verde. O seu rendimento regulou sempre até o anno de 1810, de nove centos a hum conto de réis, e á dez annos a esta parte que não chega a mais de seis centos e setenta mil réis – 670\$000”.³

2. Das missões jesuíticas do Itatim (em território do atual Estado de Mato Grosso do Sul) não caberia aqui falar: foram umas destruídas e outras mudaram-se em decorrência das incursões dos bandeirantes paulistas antes de iniciar-se o povoamento de Mato Grosso.

3. ALINCOURT, Luís d’ – “Resultado dos Trabalhos e Indagações Statisticas da Província de Mato Grosso (Cuiabá, 1828)”, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. VIII, 1880, p. 72.

Uma carta régia do Príncipe D. João, dirigida em 19 de agosto de 1799 ao Governador Caetano Pinto, trata extensamente do ensino na Capitania.

Ordena que ele estude uma solução para o problema da instrução e dá-lhe toda autoridade para arranjar um meio de elevar os recursos do Subsídio Literário, a fim de que “este Ramo de Renda Pública se eleve ao maior auge que se possa”.

Tendo também em consideração que na Capital dessa Capitania Determino que se estabeleça huma Cadeira de Arithmetica, Geografia e Trigonometria, onde possam formar-se e educar-se bons Contadores e bons Medidores, afim de que se não sinta a falta que ha de bons Contadores e bons Medidores, e que as medidas das Sesmarias se fação com a necessária exação, além da utilidade que há de haver Geometras e Geografos capazes de levantarem em Planos e até darem convenientes Descrições de Territórios e dos Rios, como a Nota dos Trabalhos, que nos mesmos podem emprender-se.⁴

Dá outras instruções e exorta o Governador veementemente. “Deste modo Confio que, aplicando todas as vossas luzes e esforços ao exame de tão importante matéria, fixareis um Plano, que seja merecedor de Minha Real Aprovação, e de que siga a melhor Instrução dos Meus Vassallos nessa Capitania”.

Recomenda também que não se esqueça de “segurar e animar” o estudo das línguas latina e grega “para que na escolha [sic] daqueles incomparáveis Mestres se forme o gosto da Mocidade instruída”.

Determina que o Governador não só assegure aos Mestres o exato pagamento de seus honorários, como crie um fundo destinado à sua jubilação depois de longos anos de magistério. E termina, mandando atribuir medalhas de valor aos discípulos ou alunos que, durante o ano, fizessem “alguma Composição de distinto merecimento ou publiquem alguma Obra, que mereça passar à Posteridade”.⁵

Um documento de 1790, relativo a festejos realizados em Cuiabá, cita nomes de professores da época: José Mariano da Costa, mestre de primeiras letras, José Zeferino Monteiro de Mendonça, professor régio de gra-

4. MARCÍLIO, Humberto – *História do Ensino em Mato Grosso*, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso, Cuiabá, 1963, p. 27.

5. *Idem*, *ib.*, p. 28.

mática latina, João Antonio, professor régio de ler, Mestre Francisco Dias Paes, José da Silva Nascimento, que "foi professor de Gramática Latina, e largou a cadeira, por lhe ser pouco lucrativo" e passou a ser pintor e escultor.

Os *Apontamentos* de Luís de Albuquerque, referentes a Mato Grosso e principalmente a Vila Bela, relacionam Jozé Eugenio d'Aragão, *Mestre de Rethorica*.⁶

O tenente Francisco Leite Pereira, por morte de Joaquim Mariano da Costa, pleiteou a cadeira de Mestre das Primeiras Letras de Cuiabá e foi provido nela por despacho de 26/3/1811.⁷

Mais famoso que o professor, pintor e escultor José da Silva Nascimento foi o padre José Manuel de Siqueira, nascido em Cuiabá em 1750. Esteve em Portugal, onde fez cursos de História Natural e Filosofia Racional e Moral, e foi admitido na Real Academia de Ciências de Lisboa. Em 1798, estava de volta a Mato Grosso com a nomeação de primeiro Professor Régio de Filosofia Racional e Moral de Cuiabá. Pesquisou quina na região e escreveu uma interessante *Memória* sobre as minas. Faleceu em Cuiabá em 12 de dezembro de 1825 e é patrono da Cadeira n. 4 da Academia Mato-grossense de Letras.⁸

O documento de 1790 cita os seguintes estudantes de Cuiabá: José Duarte do Rego, José de Arruda Abreu, José Luís Monteiro, João Pedro de Jesus, Joaquim de Melo Vasconcelos, José Silvério da Silva e José Vieira.

As *Indagações Estatísticas*, de 1828, de Luís d'Alincourt, informam sobre o ensino por essa época em Mato Grosso.

Em Cuiabá existiam quatro escolas de primeiras letras, sendo uma pública e três particulares. A pública tinha um mestre que ganhava 200\$000 e ensinava a 57 discípulos. Havia uma aula de gramática latina com um professor que ganhava 400\$000 e tinha 15 alunos. A cadeira de Filosofia Racional e Moral estava vaga.

6. FREYRE, Gilberto – *Contribuição para uma Sociologia da Biografia – O exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*, 2 vol., Lisboa, 1968, vol. 2, p.147.

7. MARCÍLIO, Humberto. op. cit., p. 28/9.

8. MOURA, Carlos Francisco – "Termos de mineração em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX", in *Convergência*, Revista Cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, Ano 1, n.2, Rio de Janeiro, janeiro/junho 1977.

9. ALINCOURT, Luís d' – op. cit., p. 58/59.

Quando enumera os edifícios públicos existentes em Cuiabá, d'Alincourt menciona "a Aula de Gramática Latina".

O Diamantino tinha uma Aula de Gramática Latina com 10 alunos, e Mato Grosso (antiga Vila Bela) "presentemente não tem hua escola de primeiras letras".⁹

Ensino de engenharia

O ensino de engenharia em Mato Grosso no Século XVIII é fato histórico que não tem tido o destaque que merece.

Como informa Virgílio Correa Filho, quando os engenheiros militares Ricardo Franco de Almeida Serra e J. J. Ferreira, recém-chegados a Vila Bela, em 1782, pediram equiparação de soldo aos outros militares da Capitania, o Governador Luís de Albuquerque, impedido, por tabela fixada anteriormente pela metrópole, de atender diretamente a esse pedido, "resolveu dar-lhes a gratificação de 100 oitavas de ouro, a título de compensação às aulas práticas que os engenheiros estavam dando a diversas pessoas".¹⁰

Ricardo Franco, "assaltado, como os outros, pela maleita, empenhase, ainda assim, por adestrar nos serviços de engenharia os seus futuros auxiliares de campo", e alternava esse trabalho com o da preparação de mapas da região.¹¹

Mas, cerca de sete anos antes, esse ensino já era praticado na Capitania, como revela em pormenor documentação publicada em 1968 por Gilberto Freyre. Trata-se do registro de rascunhos de cartas datadas do Forte do Príncipe da Beira, possivelmente do diretor das obras.¹²

Em carta datada de 27/4/1775, o missivista informa que verificou não ter o cabo de esquadra Antônio Correia Coelho nem "vontade nem capacidade para se aplicar à engenharia": não sabia geometria, nem contar nem riscar (desenhar).

10. CORREA FILHO, Virgílio - *As Ratas de Mato Grosso*, Vol. IV - Fronteira Occidental, S. Paulo, 1926, pág. 94, nota 165.

11. Idem, *ib.*, p. 94.

12. FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, Vol. 2, p. 91 e seguintes - "Registro de rascunhos de cartas, datadas do Forte do Príncipe da Beira, possivelmente da autoria do director das obras (1775-1777)".

Falei ao Cabo de Esquadra Antonio Ferreira Coelho, e nelle não achei vontade nem capacidade para se aplicar à engenharia; elle me disse que esperava que Va. Exa. lhe desse sua baixa, que não sabia riscar, e o risco que tinha feito fora com muito trabalho e materialmente; e na verdade não tem a mínima notícia da Geometria, e examinado no contar, também não dá a razão do que faz.¹³

Em compensação, um sargento de artilharia, vindo do Rio de Janeiro, declarou-lhe “o grande desejo que tinha de servir a Sua Magestade na faculdade de engenheiro”.

Tudo o que eu tinha passado com o ditto Coelho chegou à noticia do Sargento de Artilharia, que veio do Rio de Janeiro e se acha neste forte, o qual me procurou e me declarou o grande dezejo que tinha de servir a Sua Magestade na faculdade de Engenheiro, pois já se achava com os estudos necessários a hum bom artilheiro; e na verdade sabe a aritmetica com fundamento, e o acho tão adiantado na geometria quanto baste para se aplicar à fortificação, e tambem com seus princípios de riscar; e como neste sугeito alem da referida capacidade se acha grande vontade de se aplicar e por este meio ser util ao serviço de Sua Magestade e tem bom juízo e *ainda he de todo* (riscadas) também he louvado de todos o seu portamento e conduta.¹⁴

Acrescenta, ainda, crer que ele “fará muito bons serviços nestas obras, por cujo motivo peço a Va.Exa. que seja servido destinar o dito sargento para que sirva de praticante engenheiro e tenha assistencia nestas obras, izento totalmente de qualquer otra (sic) obrigação militar”.¹⁵

Em carta de 13/6/1775, o Diretor das obras agradece ao Governador ter designado o sargento Ignacio de Souza Nogueira “para a faculdade de engenheiro e serviço destas obras”.

Beijo as mãos a Va. Exa. pela merce que me faz em destinar o sargento Ignacio de Souza Nogueira para a faculdade de engenheiro e serviço destas obras; e desde agora fica sendo huma das minhas obrigações em que farei gosto adiantalo na theoria *o sobredito sujeito* (riscadas) a medida que se hira instruindo na pratica.¹⁶

13. Idem, ib., p. 92.

14. Idem, ib., p. 92.

15. Idem, ib., p. 92.

16. Idem, ib., p. 100/1

Outro que andava aprendendo engenharia no forte era Felix Botelho de Queirós, que, segundo a carta de 19/12/1775, estava “postilando” o livro de Euclides e estudando aritmética.

O cabo de esquadra Felix Botelho de Queiros enquanto eu estive molestado esteve postilando parte do primeiro livro de Euclides, e são pocos dias que se vai instruindo na aritmetica.¹⁷

Também um filho do capitão Joaquim Lopes Poupino, cujo nome não é mencionado, estudou engenharia no forte (carta de 10/12/1776):

Como o capitam Joaquim Lopes Poupino me participa que nesta ocasião *suplica* (riscada) roga a Va.Exa. para que se digne mandar assentar praça e destinar para o serviço desta fortificação a hum unico filho que tem de 17 para 18 annos de idade, instruido na língua latina, com seos principios de aritmetica, e *inclinado* (riscada) com *sua inclinação* (riscadas) alguma propensão para o desenho; não posso deixar de julgar muito acertada essa sua determinação, e estimala ao mesmo tempo, na consideração de que Va. Exa. lhe ha de conceder a graça que pertende. A idade e a instrução do dito sugeito, aqui aplicado nesta fortificação debaixo dos olhos do pai, alguma coisa promete, e quando mais não seja suprirá *as faltas* (riscadas) nas doenças dos mais.¹⁸

A carta de 18/6/1775 dá notícia da “mesa para riscar” ou prancheta de desenho, na qual seria feito o projeto do forte do Príncipe da Beira.

No dia damanhã pertendo mandar transportar para o meo novo quartel a meza para riscar, afim de poder formar a planta desta nova fortificação na conformidade que Va. Exa. me tem ordenado, cujo dessenho espero enviar sem falta na primeira ocasião, que pelas notícias que tenho se offerecerá athe 26 do corrente mes.¹⁹

Para o forte famoso foram feitas inúmeras plantas e desenhos, muito mais do que o número necessário à sua construção, e grande parte delas tem um objetivo nitidamente didático, com explicações e cálculos à margem.

17. Idem, ib., p. 116/7

18. Idem, ib., p. 130

19. Idem, ib., p. 102

Assim, os alunos formavam-se em plena selva, no canteiro da obra, ao lado da prancheta, “postilando” e estudando os livros de Euclides, de aritmética, de geometria etc., e ouvindo as aulas dos engenheiros.

A aula de anatomia e cirurgia de Vila Bela

Outro projeto ambicioso, mas sobre o qual temos carência de documentos, foi o da *Aula de Anatomia e Cirurgia* de Vila Bela.

Segundo o Barão de Melgaço, “existindo [em 1808] no cofre, sem destino, fundos do subsídio literário, o governador resolveu aplicá-los à fundação de uma aula de anatomia e cirurgia que mandou abrir no dia 15 de agosto, em que se festejou a chegada de sua majestade”.²⁰

Para elaborar o *plano de estudos* ou estatuto dessa Aula, o Governador João Carlos designou o cirurgião-mor da capitania, ao qual nomeou, desde logo, *Lente d’Aula*.²¹

Em ofício datado de Vila Bela, aos 17 de outubro de 1808, ele apresentou seu plano.

O estudo teórico e prático de Anatomia e Cirurgia seria em quatro anos, assim divididos: Dois anos para *Anatomia*, sendo 8 meses para *Ostheologia*, 4 meses para *Miologia*, 3 meses para *Angiologia*, 3 meses para *Nevrologia* e 6 meses para *Splancnologia*.

O terceiro ano seria destinado a *Demonstrações Anathomicas, Explicações Physiologicas* e *Estudo da Cirurgia Teórica*.

O quarto ano seria para Medicina Operatória ou Cirurgia Prática.

Haveria aulas 4 dias por semana (às 2^{as}, 3^{as}, 5^{as} e 6^{as} feiras), de manhã, “logo depois de rendida a Parada”. Nos últimos sábados de todos os meses haveria uma “sabatina ou recapitulação, de todos os atrasados.”

As férias seriam de um mês por ano.

Ao fim das férias, haveria abertura das aulas com uma oração de sapiência ou alguma tese “logo q’haja praticantes em estado de a defender”.

Os “Estudantes Praticantes” seriam obrigados a assistir todos os dias a visita dos enfermos. Um deles deveria ficar diariamente no Hospital, fa-

20. MELGAÇO, Barão de, Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 205, 1949, p. 310.

21. MARCÍLIO, Humberto, op. cit., p. 29/30/1, transcreve a íntegra do ofício. O autor dá como ilegível a assinatura do Cirurgião-mor da Capitania.

zendo observações para comunicar no outro dia ao professor e ajudá-lo no tratamento dos doentes.

Um dos praticantes seria obrigado, semanalmente, a tomar conta da aula para tratar do asseio e limpeza dos instrumentos e dos cadáveres “o que terá a seu cargo fazer as vezes de Vedel [Bedel] para dar no fim de cada semana hua Rellam [Rellaçam] por escrito dellas ao Lente”.²²

A escassez de bibliografia era manifesta - “Serão todos os Praticantes obrigados a apostillarem, por averem [sic] falta de Livros necessários para estes estudos”.

Como se depreende do plano de estudos, as aulas ou pelo menos as aulas práticas seriam ministradas no hospital. O Barão de Melgaço dá notícia dele no ano 1804 (governo de Manoel Carlos de Abreu e Meneses): “A 6 de outubro publicou-se um regulamento para o Hospital Militar de Vila Bela”.²³

E d'Alincourt menciona, em 1828, entre os edifícios públicos de Vila Bela, o Quartel Militar, em frente ao palácio: “bom e regular edifício, onde está também a botica, o hospital Militar, e os Armazéns(...)”.²⁴

Na época, Vila Bela entrava em decadência e a capital *de fato* já se transferira para Cuiabá. Um dos motivos da transferência foi a maior salubridade de Cuiabá. O próprio governador João Carlos passava mais tempo em Cuiabá que em Vila Bela. Talvez mesmo por serem mais graves os problemas de saúde em Vila Bela, ele a tenha escolhido para sede da Aula de Anatomia e Cirurgia.

Segundo Carlos da Silva Araújo, a primeira escola de medicina do Brasil foi a Escola de Cirurgia da Bahia, criada pelo Príncipe Regente D. João, em fevereiro de 1808. A seguir, segundo o mesmo autor, foi criada a Escola Anatômica e Cirúrgica do Rio de Janeiro, por decreto de 5 de novembro do mesmo ano.²⁵

A data da criação da Aula de Anatomia e Cirurgia de Vila Bela, entretanto, a situa em segundo lugar, antes da criação da escola do Rio de Janeiro.

22. Idem, ib., p. 30. “Bedel – m. Empregado que na Universidade faz a chamada e aponta as faltas dos estudantes e lentes (do ba. lat. *bedellus*)” (Cândido de Figueiredo, *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*). Sobre o exercício da Medicina em Mato Grosso, ver, do autor, *Médicos e Cirurgiões em Mato Grosso no Século XVIII e Início do XIX.*, UFMT, Cuiabá, s.d.

23. MELGAÇO, Barão de, op. cit., p. 307.

24. ALINCOURT, Luís d' – op. cit., p. 60.

25. ARAÚJO, Carlos da Silva – *Figuras e Factos na História da Farmácia no Brasil Português*, p. 31.

A aula de cirurgia em Cuiabá

Mas o pioneirismo da Capitania de Mato Grosso não se restringiu, em matéria de medicina, apenas à criação da Aula de Anatomia e Cirurgia de Vila Bela. Cerca de oito anos depois, o mesmo governador João Carlos criou instituição semelhante em Cuiabá.

O Barão de Melgaço, nos seus *Apontamentos Cronológicos*, refere-se à marcação, em Cuiabá, pelo governador, em 8 de dezembro de 1816, do lugar destinado à construção do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia, sob a invocação de N.S. da Conceição, e acrescenta:

Criou-se na mesma vila uma aula de cirurgia, cujos estatutos foram publicados em portaria de 16 dezembro, sendo esta medida aprovada por aviso de 12 de julho de 1817.²⁶

O mesmo autor dá, no ano de 1817, duas notícias referentes à Aula de Cirurgia, ambas associadas ao Hospital da Santa Casa.

A primeira pedra do Hospital foi lançada em 5 de fevereiro, “sendo esta fundação aprovada por aviso de 10 de julho de 1817”.²⁷

A 1 de junho transferiu-se para o novo edifício da Santa Casa de Misericórdia o Hospital Real Militar. Por portaria de 4 do mesmo mês estabeleceram-se prêmios mensais para os alunos da aula de cirurgia.²⁸

Através de portarias de 8 e de 19 de dezembro de 1817, o Governador João Carlos divulgou na capitania os avisos da Corte que aprovaram a construção do Hospital e a aula de cirurgia.

Em portaria de 8 de dezembro, fez-se público, como solicitara o general, que sua majestade concedera (aviso de 10 de julho) aos recém criados estabelecimentos pios os privilégios de que gozam as mais Santas Casas de Misericórdia. E em portaria de 19 publicou-se também a aprovação dada por aviso de 12 de julho à fundação da aula de cirurgia.²⁹

26. MELGAÇO, Barão de, op. cit., p. 320.

27. Idem, ib., p. 320.

28. Idem, ib., p. 320.

29. Idem, ib., p. 321. É a seguinte a versão do *Compêndio Histórico Cronológico* de Joaquim da Costa Sequeira: “Em 8 de Dezembro [de 1817] o Ex^{mo} general fez publica a aprovação que Sua Magestade conferiu ao estabelecimento do hospital real de Nossa Senhora da Conceição, pelo aviso da secretaria d'estado dos negocios do reino de 10 de Julho d'este anno, concedendo à administração de obras pias todos os privilegios e prerrogativas de que gozam as mais casas de misericordia nas mais capitánias d'este reino” (op. cit., p. 124). Este é o último parágrafo da edição do *Compêndio* de Sequeira. Por esse motivo, não chegam a figurar nela referências à Aula de Cirurgia de Cuiabá.

✦ ✦ A Firmo J. Rodrigues devemos mais alguns subsídios. Em 2 de junho de 1817, a Administração das Obras Pias comunicava ao governador que, tendo adquirido e reformado o edifício que pertencera a Valentim Pereira Guimarães, nele poderiam ser instaladas três enfermarias, enquanto não ficasse pronta a obra do Hospital de Nossa Senhora da Conceição.

Comunicou ainda a mesma Administração que também tinha pronta a sala superior do mesmo edifício e que poderia servir para a sala de cirurgia que já funcionava no hospital militar.³⁰

Para dotação da *Aula de Cirurgia*, os Administradores ofereceram a importância anual de duzentas oitavas de ouro, deduzindo-se dela os prêmios que fossem estabelecidos para os alunos que mais se distinguissem.³¹

Grande contentamento teve João Carlos com esta comunicação, o que manifestou em ofício que dirigiu aos Administradores como ao Príncipe regente e, tendo transferido para o novo hospital a Aula de Cirurgia estabeleceu os seguintes prêmios para os alunos que mais se distinguissem: 1º prêmio - 9\$600; 2º prêmio 4\$800; 3º prêmio 2\$400; 4º prêmio (anual ou de plena aprovação): 38\$400.³²

Outra referência à aula de cirurgia encontramos no mesmo autor, quando informa que, por volta de 1887,

O sobradinho contíguo às enfermarias da S. Casa onde outrora fora estabelecida uma escola de cyrurgia, estava alugado ao governo e servia de quartel para a companhia de Polícia da Capital.³³

É provável que ainda se encontrem, em arquivos de Mato Grosso, os documentos que fundamentaram as notícias do Barão de Melgaço e de Firmo J. Rodrigues e outros referentes à Aula de Cirurgia de Cuiabá. E talvez também no Rio de Janeiro, o aviso da Secretaria de Estado que aprovou a sua criação e a correspondência dirigida à Corte pelo governador.

30. RODRIGUES, Firmo J. - "Apontamentos Históricos dos Hospitais de S. João dos Lázaros e da S. Casa de Misericórdia de Cuiabá", *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, tomo VIII, 1923, p. 121.

31. *Idem*, *ib.*, p. 121.

32. *Idem*, *ib.*, p. 121.

33. RODRIGUES, Firmo J., *op. cit.*, p. 74. "Parece assim que o sobradinho que até há alguns anos existia no local onde foram construídos os dois pavilhões novos da actual S. Casa foi o primitivo edifício que serviu de hospital" (*op. cit.*, RIHMT, tomo VIII, 1923, p. 121). O sobradinho, já em ruínas, foi demolido em 1913, e os novos pavilhões construídos no local, foram inaugurados em 23/06/1914 (ver *op. cit.*, RIHMT, tomo XII, 1914, p. 77).

Parece que tanto a Aula de Anatomia e Cirurgia de Vila Bela como a Aula de Cirurgia de Cuiabá não teve vida longa. Só novos aditamentos documentais poderão dimensionar a existência de cada uma e pormenorizar os motivos de não terem prosperado.

Estudos militares

O sargento-mor Luís d'Alincourt, na citada obra de 1828, sugere a criação de um Curso de Estudos Militares em Cuiabá.

Julgo, portanto, que todos os motivos conspiraõ para estabelecer-se no Cuyabá, o seguinte plano d'Estudos, ou outro que parecer mais vantajoso: para que, instruidos os Officiais competentemente possam naquelle antemural do Imperio servir bem ao Estado, à Nação e à sua Patria.³⁴

E transcreve o seu *Plano de hum Curso d'Estudos Militares para as Armas de Infantaria, e Cavallaria, que se deverá estabelecer na cidade do Cuyabá*.³⁵

Mas, em estudos militares, o século XVIII também teve iniciativa precursora. Além da engenharia militar a que já nos referimos, o perigo de ataques na fronteira criou a necessidade de adestrar artilheiros em Mato Grosso.

O primeiro governador, D. Antônio Rolim de Moura, quando, em 1750, viajou para Mato Grosso, levou consigo Francisco Xavier de Oliveira, ex-sargento do regimento de artilharia do Rio de Janeiro, que tinha andado "na aula daquela arte em que teve adiantamento."

Para que ele permanecesse em Mato Grosso, Rolim de Moura deu-lhe uma praça de dragão e prometeu acrescentamento se o merecesse. E escreveu ao Rei D. José I nesse sentido, em 13/07/1751.

A sua conservação nesta terra ou de outro que seja inteligente na artilharia é o de que necessito para continuar na execução do que Vossa Majestade me ordena a respeito desta matéria pois é preciso haver quem ensine aos soldados a servirem-se da artilharia e quem saiba preparar tudo o que é necessário para sua manobra pelo que

34. ALINCOURT, Luís d' - op. cit., p. 119,

35. Idem, ib., p. 120/1.

conhecendo a inteligência e a capacidade deste sujeito me parece conveniente que Vossa Majestade atendendo ao que tenho exposto lhe mande passar numeramento de ajudante de artilharia com o soldo competente pois além do que tenho dito poderá também fazer a utilidade de tirar mapas dos distritos desta capitania porque sabe riscar suficientemente.³⁶

Foi Francisco Xavier de Oliveira quem instruiu os soldados no manejo das famosas “pecinhas de amiudar” que foram montadas nas “canoas armadas em guerra” para proteger as monções de Cuiabá contra os ataques dos paiaguás, e depois para patrulhar os rios das fronteiras.³⁷

Em 1766, com um socorro de Goiás para guarnecer a fronteira, veio o próprio ajudante de ordens do governador, Tomás de Souza, que também havia sido oficial do regimento de artilharia do Rio de Janeiro.

De Goiás veio um suficiente socorro de homens brancos e pardos, sendo o mais principal que deu aquella capitania o da pessoa do ajudante das ordens do seu governo Thomaz de Souza, que havia sido official no regimento de artilharia da praça do Rio de Janeiro, e de que muito se precisava na fortaleza para o exercício das peças, de que não havia professor, e com elle se exercitaram muitos soldados desta capitania, que supposto não foram precisos para aquella ocasião, porque os inimigos não chegaram a fazer rompimento, contudo ficaram sabendo para darem execução quando se lhes offerecer.³⁸

Das atividades didáticas de Tomás de Souza dá notícia, referida ao dia 29/12/1766, o documento “Novidades que hão ocorrido na fronteira da Fortaleza de N. Snr^a da Conceição”.

No dia 29 do dito mes navegou S.Ex^a para Vila Bela ficando por comandante desta praça o Capitão João Baptista Mardel dos infantes dragões, e ordenanças, e o Ajudante Thomaz de Souza exercitando a 30 soldados na Artilharia, e na nova invenção das peças de amiudar: Estes,

36. PAIVA, Ana Mesquita Martins de – SOUSA, Maria Cecília Guerreiro de – GEREMAS, Nyl – Iza Freitas – Antônio Rolim de Moura – *Correspondências* – vol.1, p. 47.

37. Ver MOURA, Carlos Francisco – *A Contribuição Naval à Formação Territorial do Extremo Oeste (Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul)*, monografias – 8, Museu de Marinha, Lisboa, 1986.

38. SIQUEIRA, Joaquim da Costa, “Chronicas do Cuyabá”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. IV, 1898-99. p. 147.

e os mais soldados também se têm aplicado ao novo método de manejar as armas, segundo o novo regulamento, no que estão bem instruídos: o mesmo exercício manda fazer S.Ex^a em Vila Bela.³⁹

Em 1767, vieram mais dois artilheiros.

Em Dezembro chegou monção de povoado e na mesma vieram dous officiaes militares para o exercicio de artilharia, que eram um ajudante de auxiliares da cidade de Cabo Frio, Antonio José Varenguera, e um sargento de artilharia da praça do Rio de Janeiro, por nome José Gonçalves, que foram enviados pelo vice-rei do Estado a supplicas do general desta capitania.⁴⁰

Em 1773, chegaram duas peças de artilharia e outros dois artilheiros, para ensinar os dragões que guarneciam a fronteira.

Em Setembro chegou monção de povoado e nella vieram dous officiaes de artilharia da praça do Rio de Janeiro, pedidos por este governo, um tenente por nome Thomé José Azevedo e outro sargento chamado Ignacio de Souza Nogueira, para residirem no serviço desta capitania, que conduziram do porto de Ararayaguaba até o desta villa e daqui ao do Jauru duas peças de artilharia, que depois se transportaram para a capital. Ambos foram expedidos para a fortaleza para exercitarem na disciplina da artilharia os soldados dragões desta fronteira; neste exercicio falleceu o tenente e existe provido no dito posto o sargento.⁴¹

Os estudos menores de Vila Bela

Como revela Gilberto Freyre, segundo o *Anal* de 1775, apresentado à Câmara de Vila Bela pelo vereador Francisco Xavier Antão, foram regulados os *Estudos das Escolas Menores*, tendo em vista que a capitania "já floresceu notoriamente no comercio e na agricultura era certo desse entrada às Bellas Letras para que na civilização e na riqueza tivesse a América Portuguesa, ainda nos mais interiores dos seus certoens, em que

39. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 107, 1987, Rio de Janeiro, 1991, p. 126.

40. SIQUEIRA, Joaquim da Costa, op. cit., p. 148

41. Idem, ib., p. 169/70. Este Ignácio de Souza Nogueira é o mesmo que dois anos depois estudava engenharia nas obras do Forte do Príncipe da Beira, como vimos.

competisse nos tempos futuros com as cidades da Europa, que não tiveram melhores princípios". Faz referência o *Anal* à "soberba Roma", que, algum tempo depois de fundada, "entrou a ilustrar-se pellas artes de escriptores."⁴²

Gilberto Freyre não esconde a satisfação de ter encontrado esse "documento da época, talvez aqui pela primeira vez referido em trabalho moderno, [que] registra de modo significativo" o cuidado que o Governador Luís de Albuquerque dedicou à instrução em Mato Grosso.⁴³

Os *Estudos Menores* eram um conjunto de disciplinas destinadas à preparação de alunos que pretendessem seguir estudos universitários. Foram instituídos em Portugal no século XVI, e, com a reforma de ensino levada a efeito pelo marquês de Pombal, passaram a ser da responsabilidade do Estado (Alvará de 28/6/1759). Em geral, constavam de Latim, Gramática Latina, Retórica, Grego e Filosofia, e, algumas vezes, também de História, Eloquência e Geometria.

A partir do Alvará de 10/11/1772, os *Estudos Menores* passaram a ser custeados pelo *Subsídio Literário*.

Carecemos ainda de outros documentos sobre os Estudos Menores em Mato Grosso.

Nogueira Coelho, cujas *Memórias Cronológicas* vão até 1780, dá, referida ao próprio ano da criação desses estudos na Capitania, a seguinte notícia:

No ano de 1775 se principiou a arrecadação do subsídio literário, conforme as leis de 10 de novembro de 1772. Entrou o seu rendimento no cofre da real fazenda em livro separado, porque nem há junta da mesma, nem mestres ou professores que instruem a mocidade, e que recebam os pequenos ordenados que resultam daquela arrecadação.⁴⁴

Certo, porém, é que, nos últimos anos do século XVIII, foram escolhidos 7 mato-grossenses para seguir estudos universitários em Portugal.

42. FREYRE, Gilberto, op. cit., vol. 1, pp. 114 e 165.

43. Idem, ib., p. 114.

Mato-grossenses na Universidade de Coimbra

O historiador José de Mesquita, em artigo publicado em 1925 na *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, pergunta – Qual foi o primeiro bacharel mato-grossense?

E, observando não ser fácil dar resposta, devido à omissão das crônicas locais, informa só ter encontrado memória de um mato-grossense formado em leis fora do país – o Dr. Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral, nascido em Cuiabá em 1800 e formado em Direito na Universidade de Coimbra em 1822.⁴⁵

Há que se lhe reconhecer, desta maneira, até prova em contrário, o direito de ser tido, na ordem cronológica, como o primeiro bacharel mato-grossense.⁴⁶

Tece considerações sobre a carência de diplomados no primeiro centenário da vida mato-grossense e se refere à notícia de 1799 dos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, da ordem do governo da metrópole, que determinava o envio à Europa de sete estudantes para se instruírem “nas artes e sciencias úteis a esta capitania”. Cita o nome dos escolhidos – João Pedro de Moraes Baptista, Antonio Gomes de Oliveira, João Leite Pereira⁴⁷, Manoel Felipe de Araujo, Manoel Rabello da Silva, Joaquim Antonio Rabello e Francisco José da Costa Rodrigues, e observa – “todos nomes inexpressivos e apagados, que as crônicas locais jamais referiram, ficando-se em dúvida si algum deles, porventura, se tenha formado ou, a verificar-se tal hipótese, se tenha regressado a Mato Grosso”.⁴⁸

A seguir, informa José de Mesquita, só em 1831 outros mato-grossenses matricularam-se em estudos superiores – Antônio Navarro de Abreu, João Gaudie Ley e José da Costa Leite Falcão entraram para a Faculdade de Direito de São Paulo que tinha sido fundada há três anos.

44. COELHO, Felipe José Nogueira – “Memórias Chronologicas da Capitania de Mato-Grosso”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Segunda Série, Tomo Sexto, Rio de Janeiro, 1850, p. 188.

45. MESQUITA, José de – “Os Primeiros Bachareis Mattogrossenses”, *Revista do Instituto Histórico de Mato-Grosso*, ano 1925, período VII, tomo XIV, p. 29.

46. Idem, ib., p. 29.

47. Ver n. 50.

48. MESQUITA, José de – op. cit., p. 31.

Virgílio Correa Filho, em nota aos *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*, do Barão de Melgaço, refere que, na relação dos estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra, não consta o nome de nenhum dos sete escolhidos.⁴⁹

Entretanto, a notícia que o Barão de Melgaço dá no ano de 1800, menciona duas ordens régias de 1798 e cita, como destino dos estudantes, a Universidade de Coimbra, ou a Academia da Marinha.

Em observância das ordens de 21 e 27 de outubro de 1798, as Câmaras de Vila Bela e de Cuiabá estabeleceram impostos para o pagamento de passagens e pensões alimentares de sete moços, escolhidos pelo general, que devem ir ao reino seguir os estudos da Universidade de Coimbra ou da Academia da Marinha, e foram: João Pedro de Moraes Batista, Antônio Gomes de Oliveira, José Leite Pereira, Manuel Felipe de Araújo, Manuel Rebelo da Silva, Joaquim Antônio Rebelo e Francisco José da Costa Rodrigues.⁵⁰

Seria necessário também verificar se algum deles cursou efetivamente a Academia da Marinha.

Com relação ao imposto criado para custear os estudos, uma nota de Estêvão de Mendonça informa que foi de 90 réis, em ouro, por cabeça de escravo.

O segundo cronista de Cuiabá, Joaquim da Costa Siqueira, dá notícia da partida dos estudantes.

No dia 10 de novembro [de 1800] se recolheu S.Ex^a para a capital, e nessa mesma ocasião sete estudantes, que a expensas da câmara fez expedir para se instruírem nas artes e ciências úteis a esta capitania.⁵¹

Pesquisando em obra publicada em Portugal cerca de duas décadas e meia depois do trabalho de José de Mesquita, verificamos que, no século XVIII e início do XIX, antes de Prudêncio Giraldes, 4 estudantes mato-grossenses se matricularam na Universidade de Coimbra.

49. MELGAÇO, Barão de – op. cit., p. 302, n. 76.

50. Idem, ib., p. 302. Como se vê, o Barão de Melgaço menciona José Leite Pereira, enquanto J. de Mesquita, João Leite Pereira. Outra diferença é o apelido de dois estudantes que aparecem como Rebelo no primeiro autor, e Rabelo no segundo.

Trata-se da obra do Dr. Francisco Moraes, intitulada *Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil*, publicada em Coimbra em 1949, grosso volume de 600 páginas, que relaciona um total de 2.938 alunos brasileiros ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.⁵²

O Dr. Francisco Moraes compulsou os livros de matrículas e os livros dos Actos e Graus e, sempre que possível, as certidões de idade dos estudantes, além de outros documentos. Adverte, entretanto, que sua trabalhosa pesquisa não está livre de lacunas, e que não será de surpreender se um ou outro estudante nascido no Brasil ficar sem referência. Isso não só em virtude da dificuldade de identificar entre terras de mesmo nome em Portugal e no Brasil, como ainda do fato, muito comum nos assentos de matrícula de sacerdotes, da omissão da terra de naturalidade, e também da prática bastante freqüente de omitir ou acrescentar apelidos (sobrenomes) nos registros.

Isto que o autor fala em caráter geral para os estudantes brasileiros aplica-se aos mato-grossenes em particular.

Assim, podemos dizer, baseados na obra do Dr. Francisco Moraes, que pelo menos cinco estudantes mato-grossenses ingressaram na Universidade de Coimbra no século XVIII e início do XIX.

O primeiro que aparece é JOSÉ MARQUES DO COUTO, matriculado em 1779, bacharelado em 1785 e formado em cânones em 1786. É o seguinte o registro completo:

"JOSÉ MARQUES DO COUTO
F. de Manoel Marques do Couto
N. em Cuiabá
Fil. 13-XI-1779 – Dir. 27-X-1781 – 7-X-1783 – 13-X-1784 – 19-X-1785
Mat. 31-X-1782 – Graduação 27-X-1785.
Bacharel 10-VI-1785 – Formatura em Cân. 20-VI-1786."⁵³

O segundo é JOSÉ DA SILVA TAVARES, matriculado em 1781, bacharelado em 1785 e formado em cânones em 1786:

51. SIQUEIRA, Joaquim da Costa – "Compendio Histórico Chronologico das Notícias de Cuiabá, Repartição da Capitania de Mato-Grosso", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2ª série, tomo 6º, 1850, p. 42.

52. MORAIS, Francisco – "Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil", separata de *Brasília*, Suplento ao Vol. IV, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros, Coimbra, 1949, p. 312.

"JOSÉ DA SILVA TAVARES

F. de Bento da Silva Tavares

N. em Minas do Bom Jesus – Cuiabá

Dir. 1-X-1781 – 5-X-1782 – 7-X-1783 – 29-X-1784 – 19-X-1785 – Mat. 31-X-1782.

Bacharel 14-VI-1785 – Formatura em Cân.21-VI-1786."⁵⁴

Em 1802, matriculou-se FRANCISCO JOSÉ DA COSTA RORIZ:

"FRANCISCO JOSÉ DA COSTA RORIZ

F. de José da Costa Roriz

N. em Cuiabá – Mato Grosso

Real Colégio das Artes – Aula de Grego 18-X-1802."⁵⁵

Em 1805, matriculou-se JOÃO PEDRO DE MORAIS BAPTISTA NAVARRO:

"JOÃO PEDRO DE MORAIS BAPTISTA NAVARRO

F. de pais incógnitos

N. em Cuiabá – Mato Grosso

Dir. 19-XI-1805."⁵⁶

O quinto, finalmente, matriculado em 1817, é PRUDÊNCIO GIRALDES, que figura sem o sobrenome VEIGA, com o qual aparece em Sacramento Blake e outros autores:

"PRUDÊNCIO GIRALDES TAVARES CABRAL

F. de Joaquim Giraldes Tavares

N. em Cuiabá – Mato Grosso, 1800

Dir. 24-X-1817

Bacharel em Leis 5-VII-1821 – Formatura 10-VI-1822.

Seguiu a carreira da magistratura. Em 1858 foi eleito deputado provincial."⁵⁷

Há ainda um sexto universitário que pode parecer de Mato Grosso - Antônio Luís Ferreira, matriculado em 1742, nascido em Santo Antônio do Mato Grosso. Esse topônimo, entretanto, deve referir-se à antiga povoação situada no distrito do Rio das Contas, na província da Bahia.⁵⁸

53. Idem, ibidem, p. 312.

54. Idem, ibidem, p. 387.

55. Idem, ibidem, p. 387. Não deixa de surpreender que o estudante seja filho de pais incógnitos, considerando-se o cunho elitista que tinha o ensino universitário na época. Entretanto, na relação de alunos de Coimbra constam vários outros nas mesmas condições. E outras surpresas são-nos reveladas. Antônio Alves da Rocha, natural de Minas de Nossa Senhora da Natividade, matriculado em 1786, era filho de Ana Narção Nina, escrava de Antônio Fernandes Rocha. Bacharelou-se em 1790 e formou-se em Cânones em 1791, (op. cit., p. 337). É possível que, em muitos desses casos, se trate de filhos naturais de proprietários, de comerciantes ou de membros de outras classes abastadas, hávidos de mulheres humildes e mesmo de escravas.

56. Idem, ibidem, p. 392.

57. Idem, ibidem, p. 414.

Portanto, dos 5 mato-grossenses localizados na relação de matriculados na Universidade, apenas dois podem ter-se beneficiado dos incentivos das ordens régias de 1798: João Pedro de Moraes Baptista Navarro, matriculado em 1805, e que deve ser o João Pedro de Moraes Batista, e Francisco José da Costa Roriz, matriculado em 1802, se Roriz estiver por Roiz, abreviatura de *Rodrigues*. José Marques do Conto e José da Silva Tavares se haviam matriculado cerca de 19 e 7 anos antes, respectivamente, da emissão das citadas ordens. E Prudêncio Giraldes, cerca de 19 anos depois. Resta saber se os outros 5 que não aparecem na relação foram para a Academia de Marinha – Antônio Gomes de Oliveira, João (ou José) Leite Pereira, Manoel Filipe de Araújo, Manoel Rabelo da Silva e Joaquim Antônio Rabelo.

Dos mato-grossenses de Coimbra, o que atingiu maior celebridade foi o Dr. Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral, cuja biografia é traçada por Sacramento Blake.⁵⁹

Filho de Joaquim Giraldes Tavares da Veiga Cabral e de Da. Ana Teresa de Jesus Tavares, nasceu em Cuiabá, em 22 de abril de 1800.⁶⁰

Formado em Direito em Coimbra, voltou para o Brasil em 1822 e exerceu os cargos de juiz de fora da Vila do Rio Grande do Sul, ouvidor da Comarca do Ceará, auditor geral do exército estacionado na Província Cisplatina e desembargador da Relação do Maranhão.

Foi lente da cadeira de Direito Civil Pátrio da Faculdade de Direito de São Paulo e, por duas vezes, diretor da instituição.

Por decreto de 16 de setembro de 1834, foi-lhe conferido o título de Doutor.

Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do

58. Idem, *ibidem*, p. 172/3 – 944 – ANTÔNIO LUÍS FERREIRA – F. de Manuel Luís Santarém. N. em Santo Antônio do Mato Grosso. Inst. 16-1-1742 Cãn. 1-X-1743 – 1-X-1744 – 1-X-1745 – 1-X-1746 – 1-X-1947. Não encontramos na relação os nomes de José Barbosa de Sá, que foi advogado e primeiro cronista de Cuiabá, nem o de Antônio Luís Patrício da Silva Manso, cirurgião-mor em Cuiabá e implicado na "Rusga". Também não consta o de Pe. José Manuel de Siqueira, primeiro professor régio de filosofia racional e moral de Cuiabá.

59. SACRAMENTO BLAKE – Dicionário Bibliográfico Brasileiro, reimpresso em off-set, Conselho Federal de Cultura, 1970, 7ª. vol., p. 85.

60. Segundo S. Vampré, entretanto, a data de seu nascimento é 26 de abril (MESQUITA, José de, *op. cit.*, p. 29, nota 1). Ver também MENDONÇA, Rubens de – *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, 2ª edição, e MENDONÇA, Estevão de – *Datas Matogrossenses*, 2ª edição, revista por Rubens de Mendonça, I vol., pp. 30/1.

Conselho do Imperador e Comendador da Ordem de Cristo.

Escreveu as seguintes obras:

- *Análise dos direitos naturais do homem inculto e selvagem, deduzidos do mesmo direito que rege toda a natureza criada, de que ele é parte.* Rio de Janeiro, 1833, in 8º gr.
- *Direito Administrativo Brasileiro, compreendendo os projetos de reforma de administrações provinciais e municipais e as instruções que o progresso da civilização reclama.* Rio de Janeiro, 1859, in 4º.
- *Memória Histórica Acadêmica sobre os acontecimentos mais notáveis da faculdade e desenvolvimento das ciências sociais e jurídicas.* São Paulo, 1855, in 4º-gr.

Sacramento Blake, comentando a obra *Direito Administrativo Brasileiro*, diz que o autor escreveu-a, vendo a necessidade que havia de bibliografia nacional que facilitasse o estudo da nova matéria introduzida em nossas faculdades, embora ela não fosse objeto de sua cadeira.⁶¹

Quanto à *Memória Histórica Acadêmica*, diz que “neste livro já se acham os primeiros traços do direito administrativo”.⁶²

Prudêncio Giraldes faleceu em São Paulo, em 1862.

61. SACRAMENTO BLAKE – op. cit., p. 85.

62. *Idem*, *ibidem*, p. 85.